

ATA DA 123ª REUNIÃO CMMCE

Data: 30/04/2024

Formato: online – Microsoft Teams e disponibilizada no YouTube

Pauta:

Abertura - José Renato Nalini, Secretário Executivo – SGM/SECLIMA - COP30

1. Informes SECLIMA

- COP30: Hotsite e formulário para inscrição de eventos pré-COP (Luciana Feldman e Alessandro Bender)

- SMAE - Relatório de Acompanhamento das Ações do PlanClima SP (José Teles e Luiza Caballero)

- Revisão do Plano de Ação Climática (José Teles e Luiza Caballero)

2. Plano Clima Adaptação e Mitigação - Ministério das Cidades

- Anamaria de Aragão Costa, Raquel Furtado Martins de Paula e Antônio Maria Esposito Neto - Ministério das Cidades

PARTICIPANTES

1. José Renato Nalini – SECLIMA
2. Alessandro Bender – SECLIMA
3. Luiza Caballero – SECLIMA
4. Luciana Feldman – SECLIMA
5. José Teles Mendes – SECLIMA
6. Ana Wernke - ICLEI
7. Antonio Espósito - Semob / Ministério das Cidades
8. Caio Augusto - Agência Brasileira de Inteligência (Abin)
9. Clayton Erik Teixeira - SMUL/PLANURB
10. DOUGLAS DE PAULA D'AMARO - SIURB
11. Edson Piroli - UNESP
12. Ernesto Sumi - SMSUB
13. Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz - Ministério das Cidades
14. Fernanda Sgoti Agostini - Crea-SP
15. Fábio Pedó - SVMA (Não sou membro)
16. IVAN METRAN WHATELY - INSTITUTO DE ENGENHARIA
17. Laura L. V. Ceneviva - SVMA
18. Magali Antonia Batista - SMS
19. Maria Amelia kuhlmann Fernandes - SME
20. MIRIAM ROSE EVANS - SMJ -
21. Moacir Bueno Arruda - ANAMMA
22. Monica Masumi Hosaka - SMS

- 23. Olimpio Alvares - Antp
- 24. Pedro Lucas Oliveira dos Santos - (SVMA)
- 25. REINALDO SARQUEZ - ABIMAQ
- 26. Sueli Moroni da Silva Machado - FIESP
- 27. Thiago Nogueira - Paulo - USP
- 28. Violêta Saldanha Kubrusly - CAU/SP

*Presença registrada pelo formulário disponibilizado no chat do grupo de WhatsApp e no convite da reunião

VISÃO GERAL

Na Reunião Ordinária do Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia de São Paulo, o Secretário Renato Nalini iniciou enfatizando o protagonismo de São Paulo na agenda climática, especialmente para a COP30 em Belém, em 2025, destacando a criação de um website voltado à divulgação de eventos relacionados à agenda climática. O secretário ressaltou a importância de que todos os organizadores de eventos acessem o site e cadastrem os eventos, para que assim possam ter um selo que integra oficialmente o evento à iniciativa de São Paulo. Também foi abordado nos informes iniciais o início do preenchimento do relatório de acompanhamento do PlanClima, que será feito por uma nova plataforma (SMAE), com prazo de 15 dias a partir de 28/05. Durante a reunião, o Ministério das Cidades apresentou os desafios relacionados à inclusão dos municípios na agenda federal, com foco no diálogo para definição de metas climáticas e no reconhecimento das limitações dos dados nacionais como barreira à integração das ações em nível local.

NOTAS

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

- Discussão sobre a aprovação da ata da reunião anterior
- Enfatizada a importância do protagonismo de São Paulo na agenda climática, especialmente em 2025, ano da COP30 em Belém
- Apresentado o Plano Clima Adaptação e Mitigação - Ministério das Cidades

Plano Clima Adaptação e Mitigação - Ministério das Cidades

O Ministério das Cidades destacou os desafios para incluir os municípios na agenda climática federal, defendendo o diálogo para definição de metas. Ressaltou-se o papel do Ministério como indutor, e não executor, das ações locais.

Apresentou-se a estrutura do Plano Clima, com eixos de mitigação (redução de emissões) e adaptação (redução de vulnerabilidades), priorizando setores como agricultura, energia, indústria, cidades, transportes e resíduos. Está aberta uma consulta pública sobre estratégias nacionais e planos setoriais.

As alavancas de mitigação para cidades envolvem planejamento urbano, transporte ativo e coletivo, descarbonização da frota com apoio do PAC, economia circular e construção civil sustentável.

O Plano Setorial de Adaptação para Cidades, em consulta pública, identifica riscos climáticos e vulnerabilidades urbanas. Suas metas incluem a criação de um sistema de informações urbanas, apoio aos municípios, educação urbano-climática e fortalecimento do planejamento.

DÚVIDAS E COMENTÁRIOS

- Laura Ceneviva (SVMA): Critica ausência de temas como regulação fundiária, banda larga, integração metropolitana e uso de inventários locais de emissões.
- Rosa Ramos (OAB): Destaca lentidão na implementação da Política Nacional do Clima e oferece apoio institucional da OAB.
- Ana Wernke (ICLEI): Sugere mapeamento e ocupação de vazios urbanos para evitar expansão desordenada.
- Olimpio Alvares (ANTP): Questiona integração entre planos setoriais e sistematização das NDCs nacionais e locais.

ITENS DE ATIVIDADES

Cadastrar eventos relacionados ao clima no site

Membros do GTI do relatório - Realizar o preenchimento do relatório de acompanhamento das ações do PlanClima no SMAE

TRANSCRIÇÃO

<https://youtube.com/live/J4B7p1C-RvA?feature=share>

Luciana

Feldman

Bom dia a todas as pessoas. Vamos dar início, atendendo na terceira reunião ordinária do Comitê Municipal Unidas para o Clima e a Economia de São Paulo. Eu queria anunciar que essa reunião está sendo gravada e transmitida no canal convite da secretaria, o registro de presente deve ser feito por meio de formulários disponibilizados no chat, no grupo de whatsapp, no convite da reunião. É importante que todos vocês tenham a sua presença. Primeiro eu queria perguntar a vocês para a gente aprovar a ata da 112ª reunião, que foi anexada no convite dessa reunião. Então, eu queria perguntar se alguém tem alguma consideração.

Aprovada ata, apresentar aqui a ordem do dia. Primeiro teremos a abertura com o secretário de terra Renato Nalini, secretário de mudanças climáticas, depois alguns informes da Secretaria de Mudanças Climáticas e por fim a apresentação do Plano Clima da Construção pelo Ministério da Cidade. Então, faço a palavra ao secretário Renato.

José Renato Nalini

10:19

Bom dia a todos, queria agradecer a presença.

Lembrar que este ano de 2025 é muito importante para o Brasil, que é o ano da COP30, que vai ser realizada em novembro, em Belém do Pará. Mas, como é de conhecimento de todos, São Paulo esquece de ser protagonista, é a maior cidade brasileira, É uma cidade que tem problemas extremamente graves, principalmente em relação à escassez hídrica e aos fenômenos extremos. Então, é a intenção do município de São Paulo, durante o ano todo, promover encontros, eventos, promover diálogos para que a população tenha noção de que as emergências climáticas chegaram para valer. Que atitudes individuais podem fazer com que a cidade seja mais resiliente a despeito da gravidade dessas mutações provocadas pelo próprio ser humano que maltrata a natureza há séculos.

José Renato Nalini

11:37

Então, todos aqueles que puderem promover eventos, não precisa ser grande evento, reunião para debater questões climáticas, questões da ecologia, principalmente nessa fase geopolítica em que há uma tentativa de fazer retroceder uma consciência ecológica. A estratégia ISD está sendo desprestigiada em boa parte do mundo. É importante que nós mostremos que continuamos atentos aquilo que nós podemos fazer. A transição energética, o tratamento mais adequado da questão de produção de resíduos sólidos, a arborização, que é uma questão emergencial, até para uma cidade bem dotada de cobertura arbórea como é São

Paulo. Ainda há regiões áridas que nós precisamos cuidar. Então, gostaria de pedir a todos que tenham em mente a necessidade de nós promovermos encontros, seminários, festas, salas de discussões para que a questão das emergências climáticas entre nosso radar. Já está demorando muito para que a sociedade acorde para aquilo que ela pode fazer, não mais só para mitigar os efeitos desses fenômenos, mas para adaptar a cidade para que nós não tenhamos mais mortes e grandes prejuízos materiais. Então, muito obrigado a todos. Vamos ver o que é que nós conseguimos dessa nossa reunião em atacar os efeitos. Obrigada, secretário. Só complementando pouco o que o José Renato Nalini

13:32

Luciana Feldman

Só complementando pouco o que o José Renato Nalini, secretário falou sobre a COP, foi criado website Nesses eventos, é evento de divulgação desses eventos Então a gente pede que todos que forem organizar qualquer tipo de evento Entrem nesse site, é saopaulopeloclima.com.br A gente vai pôr aqui no chat também Lá tem o Forbes, vocês podem cadastrar esses eventos E também tem selo que vocês podem baixar e colocar no material de comunicação para que todo material tenha essa mesma identidade É só selo, então é o evento de vocês, os dados de vocês, os logos de vocês mas com esse selo que demonstra que esse evento faz parte da qualidade inicial da cidade de São Paulo. Então, é muito importante que todos visitem o site, já tem vários eventos cadastrados, mas que vocês visitem e possam, desse forte, fazer o cadastro do evento de vocês.

Também para conversar e alinhar esses detalhes com o secretário nosso, secretário aqui de mudanças climáticas outros secretários da Prefeitura. Enfim, a gente está à disposição para alinhar e articular esse convite com vocês. Eu vou passar agora para a Luiza e para o Zé, que eles vão falar sobre o relatório de acompanhamento das nações do Plano Clima. Então, chequem, conhecem.

Luiza Caballero

Nesse ano a gente vai fazer reporte da decisão que vai ser pouco diferente, né? A gente teve uma reunião para falar pouco sobre o SMAE, que é a plataforma que a gente vai usar esse ano. E o repórter, só queria avisar vocês que o repórter começou no dia 28, na segunda-feira. A gente enviou e-mail para todos os membros que vão fazer o reporte para a gente. Com gravação da reunião que a gente fez preparando todo esse material e guia também para ajudar vocês no reporte.

Tem 15 dias do dia 28 para fazer esse repórter e se vocês tiverem qualquer dúvida entrem em contato com a gente.

José

16:11

Queria reforçar para quem está aqui que também está no GTI do relatório Pra não deixar pra última hora, porque como a gente tá tentando testar sistema novo Pode ser que tenha alguma dificuldade Então pra gente ter tempo hábito também de tirar dúvidas e tentar sentar junto pra resolver, etc.

Luiza Caballero

16:27

E sobre a revisão, a gente também tá nesse processo, né?

De apresentar pra vocês as propostas o que a gente tem feito. Então a gente Começou nessa semana a gente dar algumas reuniões e na semana que vem a gente vai entrar em contato com as outras secretarias para ter essa conversa com vocês também.

Luciana Feldman

16:55

Alguém tem alguma dúvida? Quer fazer algum comentário?

Então, eu queria aproveitar também para apresentar o Alessandro Bender, que agora está coordenador aqui na Seclima, ele está no lugar do André Previato que foi para o Governo do Estado. Então, o Alessandro também está à disposição. Quer falar alguma coisa, Alê?

Alessandro

17:16

Sim, eu queria falar.

Eu estou muito feliz de estar participando desse projeto, bastante orgulhoso de estar junto com o secretário, com essa equipe maravilhosa.

E a gente, alguns de nós já nos encontramos em outros Comitês e reuniões.

Luciana Feldman

17:36

O Alessandro também coordenava a virada ODS pela Secretaria de Relações Internacionais, continua a ir à frente desse projeto, a virada vai acontecer em junho, então se alguém também tiver alguma dúvida ele está à disposição para conversar com vocês. Então, vamos passar agora para Ana Maria de Aragão Costa, para Raquel Furtado Martins de Paula e Antônio Maria Exposito Neto, do Ministério das Cidades, que vão falar sobre o Plano Clima, Adaptação e Mitigação. Queria agradecer que vocês aceitaram o nosso convite, obrigado por estarem aqui conosco nesse comitê e a palavra é de vocês.

Anamaria de Aragao Costa Martins

18:21

Muito obrigada pelo convite. Eu vou inicialmente... A gente teve uma reorganização dos membros do Ministério da Cidade que estão participando, então eu queria passar inicialmente a palavra para Alice de Carvalho, que é assessora do Gabinete do Ministro, para que ela faça a nossa abertura.

A

Alice de Almeida V de Carvalho

18:39

Obrigada, Ana Maria. Bom dia a todas e todos. Eu até peço desculpas, porque eu não estava prevista para participar dessa reunião. Mas eu fiquei sabendo e, sim, fiz questão também de participar. Queria agradecer o convite, porque eu acho que a gente tem uma oportunidade única. Eu considero, pelo menos agora, no contexto da COP30 esse ano. Então, acho que fazer esse diálogo.

Alice de Almeida V de Carvalho

19:02

Com as prefeituras para a gente é.

Alice de Almeida V de Carvalho

19:04

Muito importante. A gente aqui, do ponto de vista do governo federal, tem trabalhado muito nessa perspectiva de incluir os municípios na agenda de mudança do clima, então acho que fizemos trabalho de inclusão do federalismo climático e, portanto, da participação dos entes subnacionais na nossa NDC, foi apresentada no ano passado, entendo que esse.

Alice de Almeida V de Carvalho

19:29

Momento é muito oportuno para a gente.

Alice de Almeida V de Carvalho

19:30

Ter essa troca porque aqui do Ministério das Cidades a gente se vê tanto quanto limitado para a gente colocar as nossas metas sem que a gente tenha participação efetiva dos municípios porque a nossa atuação quanto Ministério é muito de maneira a induzir que as prefeituras façam os seus movimentos de redução de emissões, de adaptação das suas infraestruturas. Então, assim, eu estou aqui mais

para ouvir, confesso, do que para falar. Acho que essa troca é muito importante, queria realmente agradecer essa disponibilidade da gente estar aqui apresentando a visão do governo federal, mas eu acho que a gente também tem muito a aprender com a Prefeitura de São Paulo e eu acho que a gente também pode usar essa expertise aqui para também dialogar com outros municípios. A gente está nesse desafio de estabelecer as metas do nosso plano clima e uma das nossas angústias é que quando a gente fala de plano clima, a visão pelo menos que estava sendo posta até então. Era plano clima em que o governo estabelecesse metas para suas próprias iniciativas. Mas a gente sabe que a gente tem as nossas ações muito limitadas aqui enquanto ministério e as Prefeituras têm muito... Acho que travou.

Voltei aqui, eu vi que estava tudo branco, mas assim, só para reforçar então que minha fala aqui é muito breve realmente no sentido de mostrar a importância que o Ministério das Cidades está dando para essa discussão do plano clima, mostrar as nossas limitações enquanto Ministério das Cidades, porque as prefeituras têm muito mais elementos para fazer de fato essa transformação dos aspectos que a gente pode induzir, então acho que é mais para a gente ouvir aqui, o pessoal vai apresentar a parte tanto de mitigação quanto de adaptação, mas eu acho que eu tô mais aqui para ouvir realmente as contribuições e ver como que a prefeitura tá se organizando para também estabelecer as suas metas, né? Então agradecer o convite, obrigado pessoal.

Anamaria de Aragao Costa Martins

21:50

Então eu vou começar aqui a compartilhar com todos vocês alguns aspectos metodológicos que estão sendo adotados no plano. Conseguem ver minha tela, né?

Anamaria de Aragao Costa Martins

22:03

Bom, eu vou me apresentar e vou apresentar os colegas também que estão aqui presentes. Vocês estão vendo uma tela toda dividida ou não?

Então, eu sou Ana Maria de Aragão, sou coordenadora geral de Cooperação e Sustentabilidade aqui da Secretaria Executiva. Nós temos conosco também o Antônio Sposso, da Secretaria de Mobilidade, que é o coordenador do Plano Clima Mitigação Cidades, e a Fernanda Capdeville, da Secretaria Nacional desenvolvimento Urbano e Metropolitano, que também atua na coordenação do Plano Clima Adaptação Cidades. É importante a gente falar pouco sobre esses aspectos mais conceituais e, obviamente, acho que dentro desse diálogo que a

Alice já trouxe, a diferença que é você falar de plano clima para o Brasil como todo, em diferença a você tratar realmente de plano de adaptação e de mitigação de município específico que vai tratar de aspectos que são próprias daquela localidade.

Anamaria de Aragao Costa Martins

23:05

No nosso caso, os nossos dados são dados brasileiros, em que a gente tem realmente municípios com vulnerabilidades extremas, municípios sem infraestrutura de saneamento, infraestrutura básica instalada, em comparação com outras realidades em que a gente tem municípios com quase 100% de saneamento básico. Mas dentro dessa perspectiva de uma problemática média do Brasil, alguns reportes são bem importantes. O primeiro deles é que os eventos climáticos afetaram o maior volume de pessoas entre 2020 e 2023. Então, embora a gente tenha tido número menor de perdas humanas, a gente tem número crescente de pessoas afetadas. Isso demonstra que a nossa capacidade resposta é boa frente ao evento climático extremo, Entretanto, aspectos estruturais da nossa moradia, da nossa infraestrutura básica ainda nos levam a essa realidade desabrigados.

Anamaria de Aragao Costa Martins

24:01

Embora pareça pouco que só apenas 3% da área urbana total do Brasil e regiões suscetíveis a desastres climáticos, quando a gente pensa no volume de pessoas que estão afetadas, a gente realmente acaba tendo uma situação bastante urgente de ser tratada. Especialmente porque esses dados de 2023 mostram que 18% da área urbanizada das favelas, então assim, realmente das áreas mais vulnerabilizadas, estão em áreas de risco. E isso chama justamente a necessidade de ação. E aí a gente tem esse dado de que 16 milhões de pessoas vivendo em favelas e mais de quase 2 milhões de habitações precárias, que são fator enorme para a gente ter realmente o impacto desses eventos climáticos. Então eu acho que é importante esse fator de risco, né, que obviamente todos vocês já conhecem, mas só para a gente entender que o risco climático ele é produto dessas três situações.

Anamaria de Aragao Costa Martins

24:57

A existência de uma ameaça climática, de evento extremo, a vulnerabilidade da população, ou seja, uma deficiência de infraestrutura, e a exposição, ou seja, estarmos em situações de risco. E aí essas duas dimensões, eu acho que o Plano Clima, ele trata, inclusive com metodologias diferentes, foi uma coisa que a gente

explicou para a Prefeitura, para a Seclima, quando nós tivemos uma reunião preparatória, que o Plano Adaptação e o Plano Mitigação, eles tratam a partir de metodologias diferentes de aproximação, mas a gente trouxe aqui panorama pouco mais geral para vocês entenderem como é que a gente está tratando. Do ponto de vista da mitigação, a nossa preocupação central é a redução de emissões de gás de efeito estufa.

Anamaria de Aragao Costa Martins

25:43

Então, aqui, quando nós formos tratar das ações impactantes, as ações que realmente vão trazer uma transformação de Brasil, nós estamos falando daquelas transformações que reduzem emissões. O foco é esse, porque, justamente, são as emissões de gás de efeito estufa, que elas responsáveis pelo aquecimento global. E esse aquecimento, acima dos parâmetros aceitáveis no Acordo de Paris, que é grau e meio, tem ocasionado uma reincidência maior de eventos climáticos extremos. E, por outro lado, a gente tem a questão da adaptação, que é como as cidades e os territórios reagem a essas mudanças que agora já são uma realidade. Então, realmente, o foco da adaptação é a redução da vulnerabilidade e da exposição de territórios e comunidades. Então, justamente, o recorte de conteúdo é que nos leva ao recorte metodológico.

Anamaria de Aragao Costa Martins

26:39

De uma forma, explicando para vocês qual é a estrutura do Plano Clima, nós temos então Plano Clima Mitigação e Plano Clima Adaptação que contam com uma estratégia nacional. Essa estratégia nacional de Mitigação ou de Adaptação traz os grandes compromissos brasileiros que abarcam diferentes setores, não apenas as cidades. Então a gente tem vinculada a essa estratégia nacional conjunto de planos setoriais e aí o plano setorial ele vai trazer para o nível de ações e de metas e de compromissos aqueles elementos necessários para a gente poder então atingir os objetivos nacionais das estratégias nacionais. Como vocês podem ver, as temáticas são diferentes. Então, enquanto no Plano Clima Mitigação nós trabalhamos com uma divisão temática relacionada principalmente aos grandes setores mapeados nos inventários nacionais de emissões, no Plano Clima Adaptação a gente trabalha mais com uma divisão de políticas setoriais.

Anamaria de Aragao Costa Martins

27:46

Então, plano clima e mitigação. Temos planos setoriais de agricultura e pecuária. A gente não pode esquecer que tanto a agricultura e pecuária quanto a mudança de uso da terra e floresta são responsáveis por 70% das emissões brasileiras. Então, tem foco importante naquelas medidas concretas que vão precisar de ser adotadas para reduzir as emissões. Temos aqui plano setorial da parte de energia e mineração. A energia é setor realmente da política federal. Essa daí pode começar a falar pouco das diferenças nacionais, de compromissos nacionais compromissos municipais. Então, no caso da energia, nós temos aí o setor de energia muito vinculado. O consumo energético é sistema nacional integrado. A política de combustíveis ela é uma política nacional, então nesse sentido que a gente tem plano nacional de mitigação.

Anamaria de Aragao Costa Martins

28:43

Da mesma forma a questão da indústria, nós temos políticas industriais nacionais, E aí a gente começa com essas três separações, que é, então, a ideia de se ter plano de cidades. Então, é plano que vai tratar sobre como esses conjuntos de administrações se territorializam nas cidades e com políticas que são mais afetas, então, a essa interação quase municipal da política urbana. Temos também plano sobre transportes muito focado nas grandes infraestruturas nacionais, aeroportuárias, portuárias e rodoviárias, e temos plano resíduos, que também trata da política nacional de resíduos, mas que tem uma interação direta com as cidades.

Anamaria de Aragao Costa Martins

29:29

Então, a gente aqui, e o Antônio vai apresentar para vocês, que a gente tenta fazer diálogo concreto entre essas políticas nacionais e entre esses planos para a gente chegar realmente no cumprimento, principalmente, da nossa contribuição nacionalmente determinada, a nossa NDC, que foi apresentada recentemente na COP29, com novas metas bem ambiciosas. Já no plano Clima e Adaptação, a gente continua tendo algumas políticas setoriais, mas aí vocês veem que de uma forma mais desagregada, né? Então a gente tem agricultura e pecuária, tem agricultura familiar, trata da biodiversidade, temos então o nosso plano que é de cidades e mobilidade, mas também temos plano para gestão de riscos e desastres, indústria, energia, transporte, igualdade racial, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, recursos hídricos, saúde, que é tema muito importante, relacionado diretamente aos efeitos de grandes eventos, e segurança alimentar, oceano e zona costeira e turismo.

Anamaria de Aragao Costa Martins

30:34

Então, só para mostrar para vocês que hoje essa apresentação é recorte, é recorte aplicado à questão das cidades, que nosso panorama tem essa dualidade bem explícita de, por lado, sofrer os grandes impactos das mudanças do clima e, por outro lado, contribuir pouco para as nossas emissões. E temos as estratégias transversais, que falam da transição justa, porque, obviamente, a gente tem impacto direto, nas cidades sobre comunidades mais vulneráveis, ao mesmo tempo em que essas pessoas não podem ser responsabilizadas pelas emissões. As emissões são muito mais relacionadas a grandes atividades econômicas. Temos também a questão dos impactos socioeconômicos e ambientais da transição, meios de implementação, educação, capacitação, pesquisa e desenvolvimento, inovação e monitoramento.

Anamaria de Aragao Costa Martins

31:38

Bom, e aí a questão dos planos setoriais, embora isso daqui seja exemplo dessa estrutura, mas para vocês verem a complexidade que é, no nível federal, você coordenar esse conjunto de planos. Então, a gente tem comitê interministerial, que é realmente a voz final e que vai definir essas metas e essas ações. Temos subcomitê executivo, que é composto por todos os ministérios que participam. Dentro, temos também GTT, grupo de trabalho mais técnico, também conformado por representantes dos ministérios. Temos uma coordenação paralela que faz essa articulação entre o Comitê Interministerial de Mudança do Clima com a elaboração dos planos setoriais. Essa coordenação era feita pelo Ministério do Meio Ambiente, pela Casa Civil e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. E, para cada plano setorial, nós temos Ministério Líder.

Anamaria de Aragao Costa Martins

32:36

Então, no caso do plano Cidades, tanto Adaptação quanto Mitigação, o Ministério Líder é o Ministério das Cidades, mas a gente tem participantes do Ministério do Meio Ambiente também nosso grupo de trabalho. Temos aí a possibilidade de consultores setoriais externos, que foram fornecidos pelo PNUMA, que nos dão suporte ao desenvolvimento desse plano, e temos então os pontos focais desses ministérios parceiros. Tudo isso com uma interação com a sociedade civil. Então, tanto a Estratégia Nacional de Adaptação quanto a Estratégia Nacional de Mitigação estão em fase de consulta pública. Fora isso, a gente tem conjunto de oficinas, que eu acho que é o próximo slide aqui, temos conjunto de oficinas que nós estamos

realizando, né? No plano clima mitigação, mas que já foram realizadas no escopo do plano clima adaptação para alinhamento e coleta de insumos.

Anamaria de Aragao Costa Martins

33:41

Essas interações, elas são refletidas então nos capítulos que são elaborados pelos ministérios setoriais e pelos pontos focais dos ministérios parceiros. E esse trabalho de ir de volta junto à sociedade nos permite ter processo realmente que vai sendo realimentado. E o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Ciência e Tecnologia fazem também uma avaliação com outros consultores externos do material produzido pelos ministérios. Aqui a gente começa, então, já com uma apresentação específica da questão de mitigação, que eu já vou passar para o Antônio dar continuidade, mas só para vocês entenderem aqui a estrutura do plano setorial Cidades Mitigação, mas que também é a estrutura dos demais planos, a gente tem capítulo voltado à caracterização daquele setor em termos das emissões ligadas de efeito estufa, Temos, então, outro capítulo destinado a definir as prioridades e tendências de mitigação para o setor.

Anamaria de Aragao Costa Martins

34:47

Ele é capítulo muito importante porque ele traça, justamente assim, as grandes metas, as grandes alavancas. Depois temos plano de ação em que a gente realmente cai para o detalhamento de o que são as ações impactantes e o que são as ações estruturantes, justamente aquelas que vão nos permitir atingir as grandes metas de redução. Temos capítulo relacionado à gestão do plano, que é justamente onde a gente vai tratar de meios de implementação, instrumentos e do monitoramento, e as considerações finais.

Anamaria de Aragao Costa Martins

35:24

No caso da mitigação, especificamente, a gente tem uma situação, como eu já comentei, bem diferente das cidades brasileiras, então a gente costuma escutar no cenário internacional que as cidades consomem 75% da energia primária global, mas no caso brasileiro, justamente por causa da nossa matriz energética bem limpa, as cidades estão contribuindo com 20% das nossas emissões, quando a gente olha o Brasil como todo. Obviamente quando você faz essa análise de emissões no nível municipal, o panorama vai mudar em função da economia daquele município. Municípios que têm uma maior atividade econômica da agropecuária, vão ter maiores emissões, certamente, no setor agropecuária. E áreas que têm uma

área urbana muito pequena vão ter pouquíssima repercussão de emissões das cidades.

Anamaria de Aragao Costa Martins

36:21

Mas quando a gente olha município como São Paulo, a gente pode realmente falar que talvez o padrão de emissões de São Paulo siga essa tendência global, e não essa tendência média do Brasil. Porque quais são os setores nas cidades que repercutem nas emissões? São as atividades industriais e comerciais, a construção civil, o consumo energético, os deslocamentos, o transporte, principalmente esse fator da mobilidade do transporte, mas também a distribuição de água e produção de alimentos.

Anamaria de Aragao Costa Martins

36:56

Quando a gente olha que, no Brasil como todo, a gente percebe que, se a gente fosse distribuir essas emissões nas cidades, a gente está falando que tanto os automóveis quanto as indústrias de transformação e construção são os maiores elementos de geração de gases de efeito estufa. Então, percebam que automóveis e todo o setor industrial de transformação é muito significativo e eu quero dar esse destaque para a problemática que a gente tem do transporte individual, que é fator que realmente a gente sabe que em termos da política nacional a gente tem muito menos ingerência do que o município. Então o papel importante do plano que vocês vão desenvolver em nível local para combater essa questão da redução das emissões. E aqui também destaque importante dos resíduos sólidos. Então, o que a gente percebe?

Anamaria de Aragao Costa Martins

37:56

A nossa grande meta tem de ser de reduzir a quantidade de resíduos que são levados para a disposição final. Essa tem que ser a grande meta brasileira e municipal, porque aqueles resíduos que são lançados, seja num aterro, seja num bichão, eles têm todo processo de decomposição que, inclusive, geram gases de curta duração, o metano é deles. Então essa meta tem que ser realmente uma meta, inclusive, dialogada com a sociedade, porque somos nós os principais consumidores e produtores desses resíduos.

Anamaria de Aragao Costa Martins

38:30

Bom, e aí a gente vê aqui, eu queria só destacar, em função da nossa matriz energética, como que o consumo energético residencial é bem pequeno em relação, por exemplo, à produção de gás de efeito surfa dos automóveis, que é aqui essa linha, aqui produção de eletricidade e calor como atividade principal, e que em que a gente tem 30% dessa atividade do setor residencial. Então, realmente, acho que, em termos de país, está claro quais são os nossos grandes desafios, o que se reflete também como os grandes desafios das grandes metrópoles. Passo, então, agora a palavra para o Antônio, para dar para o segmento pouco a estrutura do nosso Plano Mitigação, e depois a Fernanda para o nosso Plano Adaptação.

Antonio Maria Esposito Neto

39:22

Bom dia a todos.

Antonio Maria Esposito Neto

39:26

Dando continuidade aqui, a Ana Maria já.

Antonio Maria Esposito Neto

39:29

Tinha apresentado pouco a estrutura de cada plano setorial do Plano Clima e Mitigação. Então, basicamente, ele está dividido em cinco capítulos. A gente, nesse momento, está trabalhando no terceiro capítulo. O capítulo 1 e 2 já estão.

Antonio Maria Esposito Neto

39:46

Praticamente concluídos e aguardando a gente finalizar.

Antonio Maria Esposito Neto

39:49

O 3 para colocar tudo em consulta pública. Eu destaco aqui mesmo o capítulo 3, que é o plano de ação. Eu acho que ele é o grande coração dos planos setoriais. O resto, que vem no capítulo 4 e 5, é quase que uma consequência do plano de ação. E é a fase que realmente a gente está se debruçando mais, fazendo várias oficinas e tal, para definir metas e alinhar indicadores, etc. Podemos já ir para o próximo, por favor. Pessoal, os slides aqui têm muita informação. A gente vai passar essa apresentação para vocês. Ela está pouco mais completa e.

Antonio Maria Esposito Neto

40:27

Atualizada do que a gente tinha enviado previamente. Então, eu não vou ler tudo, tá?

Antonio Maria Esposito Neto

40:33

Se precisar, depois a gente pode voltar em algum slide específico. O Plano Clima, para cada setor, define alavancas que são aquelas frentes que têm maior poder, maior potencial de reduzir emissões. Vou falar rapidinho do Plano de Resíduos, com a importância que a Ana Maria.

Antonio Maria Esposito Neto

40:55

Já destacou, e depois a gente detalha.

Antonio Maria Esposito Neto

40:57

Pouco mais as alavancas do Plano Cidades. No Plano Resíduos, tem seis alavancas, Elas tratam não só de resíduos sólidos, mas também da parte de efluentes líquidos, tratamento de lodo, etc. Essas alavancas tentam direcionar todas essas ações nessa frente aqui. Como a Ana Maria falou, se a gente não tiver uma destinação adequada dos resíduos, eles viram grande emissor, principalmente do metano.

Antonio Maria Esposito Neto

41:29

Por outro lado, se a gente tiver uma destinação adequada, eles viram biocombustível ou.

Antonio Maria Esposito Neto

41:34

Outras formas de reaproveitamento.

Antonio Maria Esposito Neto

41:36

Então, aqui é uma cadeia muito importante.

Antonio Maria Esposito Neto

41:39

Da gente tentar se debruçar e que ela pode contribuir muito com as metas do Brasil. Bom, já entrando nas alavancas de cidades, podemos passar para os próximos. E aqui.

Antonio Maria Esposito Neto

41:53

Como a Ana Maria também.

Antonio Maria Esposito Neto

41:54

Já introduziu, muito antes de toda a questão de mudanças climáticas e plano clima, a descarbonização das cidades já sempre teve.

Antonio Maria Esposito Neto

42:10

Como uma pauta importante.

Antonio Maria Esposito Neto

42:11

São Paulo é exemplo claro disso. Há décadas já tem iniciativas como Rodízio Veicular, Zona Azul, a implantação de medidores de qualidade do ar, etc., medidas para descarbonizar a frota de transporte coletivo, inspeções veiculares, várias medidas essas que já foram tentadas. Então, isso não é necessariamente novo. Podemos ir para o próximo, por favor.

Antonio Maria Esposito Neto

42:38

Isso não é necessariamente novo para as cidades. O que acontece é que, agora, com.

Antonio Maria Esposito Neto

42:43

Toda essa agenda climática, essa descarbonização ganha força, ganha novos instrumentos também e ganha uma atenção maior. Inclusive, é muita coisa que São Paulo já tentava fazer. Acredito que vai conseguir fazer com muito mais sucesso e a gente vai poder replicar para outras cidades também. A nossa primeira alavanca.

Antonio Maria Esposito Neto

43:08

Ela tem uma característica muito ligada à parte do planejamento.

Antonio Maria Esposito Neto

43:11

Urbano, tentando, principalmente, racionalizar deslocamentos, evitar que o estraiamento urbano desorganizado cada vez mais contribua para aumentar deslocamentos e, com isso, aumentar emissões. E, junto com isso, também vêm questões de reduzir desigualdades, aumentar o acesso a oportunidades. Então, a gente tem como possibilidades tentar adensar mais as áreas onde estão as oportunidades ou as áreas próximas a corredores de transporte, inclusive utilizando a ferramenta desenvolvimento orientado ao transporte, de DOT. Outras ferramentas também estimular, claro, o transporte.

Antonio Maria Esposito Neto

43:59

Ativo e coletivo, acho que podemos passar para a próxima já, mas também estimular.

Antonio Maria Esposito Neto

44:07

Tanto que você possa ter moradias nas áreas centrais, perto das oportunidades, quanto que você possa desenvolver oportunidades de emprego, empreendedorismo, educação nas periferias, também reduzindo o deslocamento. Então, no caso de São Paulo, recentemente.

Antonio Maria Esposito Neto

44:24

Foi divulgada uma pesquisa no registro do.

Antonio Maria Esposito Neto

44:26

Metrô que aponta que teve uma queda de 16% nos deslocamentos.

Antonio Maria Esposito Neto

44:32

Esse número tem que ser pouco melhor investigado para a gente entender melhor.

Antonio Maria Esposito Neto

44:36

Ele, mas pode ser uma notícia boa se ele estiver reduzindo os deslocamentos compulsórios. Pode ser uma notícia ruim na parte que ele estiver reduzindo deslocamentos para lazer e para outras situações que não são os que a gente quer reduzir, né? Mas a gente quer reduzir, por exemplo, com digitalização de serviços, evitar que o cidadão tente se deslocar para ir em.

Antonio Maria Esposito Neto

44:58

Cartório, ir no Detran.

Antonio Maria Esposito Neto

45:00

E etc. E isso já está acontecendo. Então, eu acho que a pesquisa já captou uma parte disso e isso é positivo para a nossa intenção aqui descarbonizar os transportes. Claro, para isso em nível municipal, só finalizando o último slide e já indo para a alavanca dois, o município tem instrumentos importantes para isso, que são os planos diretores, zoneamentos e etc.

Antonio Maria Esposito Neto

45:29

Bom, na alavanca 2, entrando aqui em mobilidade já na veia, a alavanca 2.

Antonio Maria Esposito Neto

45:35

Quer reduzir a participação do transporte individual.

Antonio Maria Esposito Neto

45:40

Ou, matematicamente colocado de outra forma, aumentar.

Antonio Maria Esposito Neto

45:43

A participação de modos ativos de transportes na divisão modal das cidades brasileiras.

Antonio Maria Esposito Neto

45:49

Então, aqui a gente Novamente, depende muito.

Antonio Maria Esposito Neto

45:54

Em primeiro lugar, do cidadão aderir a essas medidas, em segundo lugar, dos municípios.

Antonio Maria Esposito Neto

46:01

Porque a competência primária para a política.

Antonio Maria Esposito Neto

46:04

De mobilidade urbana é dos municípios e também pouco dos estados, quando a gente fala do transporte intermunicipal e metropolitano, mas o governo federal tem competências complementares, de instituir diretrizes e de prestar apoio técnico e financeiro.

Antonio Maria Esposito Neto

46:22

Então, aqui a gente tem algumas medidas.

Antonio Maria Esposito Neto

46:26

Que estão sendo colocadas para tentar incentivar.

Antonio Maria Esposito Neto

46:29

Na parte da mobilidade ativa, principalmente, o.

Antonio Maria Esposito Neto

46:32

Programa Bicicleta Brasil, que é regulamentado pela lei federal, por uma lei federal de 2018, e a Estratégia Nacional da Bicicleta, que foi publicada em 2013.

Antonio Maria Esposito Neto

46:44

E na parte do transporte coletivo, a gente tem uma linha do PAC, de.

Antonio Maria Esposito Neto

46:48

Apoio à infraestrutura de BRT e trilhos.

Antonio Maria Esposito Neto

46:51

E a gente está fazendo grande.

Antonio Maria Esposito Neto

46:53

Estudo junto com o BNDES, chamado Estratégia Nacional de Mobilidade Urbana, para desenvolver projetos para as 21 maiores regiões metropolitanas.

Antonio Maria Esposito Neto

47:06

A gente tá trabalhando numa proposta legislativa do Marco Legal do Transporte Público Coletivo.

Antonio Maria Esposito Neto

47:13

Que foi aprovada pelo Senado ano passado.

Antonio Maria Esposito Neto

47:15

Esse ano tá tramitando na Câmara, que.

Antonio Maria Esposito Neto

47:18

Ela também vai ser vetor bem importante pra dar mais segurança jurídica, Não é o caso de São Paulo, mas em outros municípios a gente tem muitas operações precárias, não contratualizadas, e a gente.

Antonio Maria Esposito Neto

47:29

Pretende, com o Marco Legal, colocar pouco mais de ordenamento, melhorar pouco.

Antonio Maria Esposito Neto

47:35

A governança do setor. E ele também traz várias outras possibilidades ali de obtenção de receitas recetarifárias, de.

Antonio Maria Esposito Neto

47:46

Melhor ordenamento da gestão interfederativa, de melhor.

Antonio Maria Esposito Neto

47:52

Gestão de dados também, que é .

A

Antonio Maria Esposito Neto

47:54

Problema grande que a gente tem na mobilidade, e etc. Então, a gente tem uma expectativa grande.

Antonio Maria Esposito Neto

47:59

De aprovar essa proposta legislativa esse ano.

Antonio Maria Esposito Neto

48:03

E acho que é de grande interesse.

Antonio Maria Esposito Neto

48:05

Talvez o principal cliente depois dos passageiros desse marco legal são os prefeitos secretários de transporte, que eles vão ter muito mais prerrogativos e não ficar tão suscetíveis.

Antonio Maria Esposito Neto

48:19

A interpretações de órgão de controle para.

Antonio Maria Esposito Neto

48:21

Poder modernizar suas mesmações de contratos em nível local.

Antonio Maria Esposito Neto

48:26

Na alavanca 3, a gente também já entra aqui no aumento mais próprio do transporte coletivo. Acho que eu acabei já falando antes.

Antonio Maria Esposito Neto

48:37

Disso, da Estratégia Nacional, do PAC.

Antonio Maria Esposito Neto

48:44

Também estamos começando a trabalhar no Plano.

Antonio Maria Esposito Neto

48:46

Nacional de Mobilidade Urbana. Isso é algo previsto para médio prazo.

Antonio Maria Esposito Neto

48:52

A gente ir trabalhando. E bom, todas essas frentes para ampliar a participação modal. Aqui, além de ampliar, na alavanca 4, a gente também tem o foco em.

Antonio Maria Esposito Neto

49:06

Descarbonizar a frota que hoje já circula. Então, São Paulo, por exemplo, já está.

Antonio Maria Esposito Neto

49:11

Nesse movimento com eletromobilidade, agora avaliando também biometano. Na verdade, São Paulo já teve outras.

Antonio Maria Esposito Neto

49:19

Iniciativas anteriores nesse sentido também, com biodiesel, com gás, etc.

Antonio Maria Esposito Neto

49:25

E aqui a gente também tem uma linha do PAC para renovação de frota.

Antonio Maria Esposito Neto

49:29

Que foi lançada em 2003. Que os municípios podem pedir apoio financeiro e a.

Antonio Maria Esposito Neto

49:36

Gente também tem feito várias rodadas de.

Antonio Maria Esposito Neto

49:38

Capacitação dos municípios para eles conseguirem implementar.

Antonio Maria Esposito Neto

49:43

É claro que você colocar uma operação com eletromobilidade é totalmente diferente de uma.

Antonio Maria Esposito Neto

49:50

Operação a diesel, então você tem que.

Antonio Maria Esposito Neto

49:51

Rever todo o seu plano operacional e verificar toda a infraestrutura de recarga, avaliar.

Antonio Maria Esposito Neto

49:58

Quais são os veículos mais indicados, qual a melhor forma de financiar.

Antonio Maria Esposito Neto

50:02

Então, tudo isso a gente tem feito.

Antonio Maria Esposito Neto

50:03

Várias rodadas, inclusive chamando fabricantes e bancos para passar informações para as cidades que foram selecionadas no PAC.

Antonio Maria Esposito Neto

50:14

Outra frente importante é o transporte urbano de cargas. A parte do transporte rodoviário vai ficar.

Antonio Maria Esposito Neto

50:20

Mais no setorial transportes e do transporte urbano no setorial cidades.

Antonio Maria Esposito Neto

50:24

É claro que, na prática, existe uma.

Antonio Maria Esposito Neto

50:28

Sobreposição entre as coisas.

Antonio Maria Esposito Neto

50:30

Mas aqui também a gente vai ter.

Antonio Maria Esposito Neto

50:32

Frames bem importantes, tanto descarbonizar a.

Antonio Maria Esposito Neto

50:35

Frota quanto de tentar melhorar, por exemplo.

Antonio Maria Esposito Neto

50:38

Entregas que hoje são feitas com moto ou adido, que elas possam ser feitas.

Antonio Maria Esposito Neto

50:44

Ou com moto elétrica ou com bicicleta elétrica. Então, a gente tanto tentar melhorar essa.

Antonio Maria Esposito Neto

50:49

Participação modal, quanto tentar descarbonizar os veículos que hoje já fazem esse serviço. Na alavanca 6, essa é uma parte.

Antonio Maria Esposito Neto

51:03

Que o MMA tem ajudado muita gente, que tem uma parte muito forte de recuperar a remanescente vegetação nativa e incrementar a arborização urbana. A gente tenta aqui também associar .

Antonio Maria Esposito Neto

51:17

Pouco a parte de arborização com a mobilidade, principalmente a mobilidade ativa, e tentar também propiciar a remoção aqui, a remoção de carbono.

Antonio Maria Esposito Neto

51:31

Então é uma medida importante, isso aqui também dialoga muito com outro programa federal.

Antonio Maria Esposito Neto

51:36

Chamado Programa Cidades Verdes Resilientes, que ele tem uma característica mais de implementação operacional, enquanto o plano clima ele trabalha mais.

Antonio Maria Esposito Neto

51:45

No plano estratégico e tático, o PCVR.

Antonio Maria Esposito Neto

51:49

Que é a sigla que a gente chama, vai mais na linha tática e operacional. Então, aqui tem ponto de interseção grande entre essas coisas. Além de outras medidas, o MMA também está trabalhando no Plano Nacional de Armonização Urbana, num catálogo brasileiro de armonização também. Então, tudo isso são várias frentes que vão se consolidando aqui dentro dessa alavanca. Está terminando, pessoal. São nove alavancas, tá? Faltam três.

Antonio Maria Esposito Neto

52:18

Aqui, indo para a parte de edificações.

Antonio Maria Esposito Neto

52:23

Também está aqui no Plano Setorial Cidade a questão da queima de combustíveis fósseis. Aqui, principalmente para fogões e chuveiros, são as duas principais demandantes desse gás, dessa queima de gás.

Antonio Maria Esposito Neto

52:39

E a gente tem duas formas de tentar mitigar.

Antonio Maria Esposito Neto

52:42

Eles têm quantitativo de emissões bem significativo para o nosso setorial Cidades.

Antonio Maria Esposito Neto

52:49

E as duas formas de mitigar, uma é trocando a fonte, trocando gás na prática.

Antonio Maria Esposito Neto

52:56

Isso é uma ação que interage muito com o Ministério de Minas e Energia.

Antonio Maria Esposito Neto

53:03

Seria trocar o gás por outras fontes não fósseis.

Antonio Maria Esposito Neto

53:07

E uma segunda ação é, dentro das próprias edificações, você tentar trocar os equipamentos a gás, por exemplo, ou por elétricos, se possível, associados também a medidas de autogeração, de instalação de placas fotovoltaicas. Então, aqui são as duas formas da gente tentar reduzir essas emissões.

Antonio Maria Esposito Neto

53:29

A alavanca 8 já vai mais para.

Antonio Maria Esposito Neto

53:31

A parte de tecnologias construtivas, de antes da edificação ser produzida ou de retrofit de edificações, e ela busca descarbonizar os materiais da construção civil.

Antonio Maria Esposito Neto

53:48

Então aqui também é uma parte que.

Antonio Maria Esposito Neto

53:51

A gente tem muita relação com o Ministério da Indústria, a gente está dialogando.

Antonio Maria Esposito Neto

53:54

Muito com eles, a gente também depende.

Antonio Maria Esposito Neto

53:57

Em boa parte de esforços da iniciativa.

Antonio Maria Esposito Neto

53:59

Privada e a gente tem uma atuação mais forte na parte de habitação de.

Antonio Maria Esposito Neto

54:04

Interesse social, principalmente com Minha Casa Minha Vida, mas a ideia aqui também é.

Antonio Maria Esposito Neto

54:08

A gente avaliar até onde a gente.

Antonio Maria Esposito Neto

54:10

Pode ir não só na habitação de interesse social, mas na parte de habitação como todo, para que isso possa ter maior potencial descarbonização.

Antonio Maria Esposito Neto

54:22

E, por fim, aqui uma parte que.

Antonio Maria Esposito Neto

54:23

Dialoga pouco com o setorial Resíduos.

Antonio Maria Esposito Neto

54:26

Que é a gente fomentar a economia.

Antonio Maria Esposito Neto

54:28

Circular em áreas urbanas. Então, o Setorial Resíduos, a gente vai.

Antonio Maria Esposito Neto

54:33

Ter aí uma interação em que até.

Antonio Maria Esposito Neto

54:36

A parte da coleta e do transporte até os aterros ou até o biodigestor ou até a reciclagem, de alguma forma, vem para o Setorial Cidades e, a.

Antonio Maria Esposito Neto

54:47

Partir de algum momento, do momento que ele chega lá, ele entra no Setorial Resíduos. Ana, sim, a gente encaminha... A gente, na verdade, estava atualizando até.

Antonio Maria Esposito Neto

54:57

Ontem à noite a apresentação, mas a.

Antonio Maria Esposito Neto

54:59

Gente encaminha logo em seguida aqui da reunião. E, bom, Ana Maria, tinha terminado?

Antonio Maria Esposito Neto

55:05

Talvez tinha o cronograma só, né? Não sei se muito rápido vale a gente passar, mas é só para dizer.

Antonio Maria Esposito Neto

55:11

Que, como a Ana Maria já falou hoje, a gente está em consulta pública.

Antonio Maria Esposito Neto

55:14

À Estratégia Nacional de Mitiliação. E nos próximos meses, se não me.

Antonio Maria Esposito Neto

55:20

Engano, fim de maio, começo de junho.

Antonio Maria Esposito Neto

55:22

A previsão é abrir a consulta pública dos planos setoriais mesmo, já junto com a Estrutura Nacional, e aí a gente vai conseguir solicitar muito melhor, detalhar ações.

Antonio Maria Esposito Neto

55:35

Que a gente ainda está trabalhando, método.

Antonio Maria Esposito Neto

55:37

E tal, e também receber contribuições de vocês. Então, acho que era isso. Não sei se eu devolvo para a.

Antonio Maria Esposito Neto

55:44

Ana Maria ou já direto para a.

Antonio Maria Esposito Neto

55:45

Fernanda apresentar a parte de adaptação. Fernanda, por favor, então.

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

55:53

Oi, pessoal, bom dia. Então, assim, eu vou falar agora pouco do plano de adaptação do Setorial Cidades. Esse é plano que já está em consulta pública, o plano em si, a Estratégia Nacional de Adaptação já passou a consulta pública e agora a gente está na fase de consulta pública do plano setorial. Então, pouco do que eu já vou dizer aqui, de passar pouco falar dos nossos achados ao longo dessa segunda metodologia de construção do plano, falar pouco dos nossos achados e dos nossos resultados, mas está tudo também descrito lá na minuta do plano que está sobre consulta pública e que eu coloquei o link aqui no chat. Falar pouco aqui da contextualização. Como que a gente construiu esse plano aqui no Ministério das Cidades?

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

56:44

A gente criou grupo de trabalho porque esse é plano que reúne vários setores urbanos, então a gente tem ações e pessoas que trabalham na área de saneamento ambiental, da área de habitação, da Secretaria desenvolvimento Urbano e Metropolitano, também da área de periferias. Além disso, a gente também teve contribuição, ações, reflexões de outras áreas da Esplanada que atuam com projetos urbanos. Então, tem pessoas no Ministério do Ambiente que atuam com uma qualidade ambiental urbana, com projetos voltados para as cidades. Eles entraram nessa discussão O pessoal de Ciência e Tecnologia também trabalha com algumas tecnologias voltadas para a gestão urbana, também participaram. E o pessoal do Patrimônio, que não se identificou também em outros planos temáticos do Plano Clima, e veio fazer contribuição junto conosco.

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

57:42

Então, é agrupamento de setores que atuam sobre a cidade, e a gente esteve junto nessa jornada aqui. A gente teve alguns processos de participação mais pontuais, então a gente abriu algumas escutas ao longo desse processo para debater sobre os riscos que impactam as cidades, os principais riscos climáticos às cidades, e também abrimos uma escuta sobre as ações estratégicas propostas. Para dar resposta a esses riscos. A gente também teve debate com o Conselho das Cidades, a gente montou grupo específico do Conselho das Cidades para debater tanto a

Política Nacional desenvolvimento Urbano e essa minuta do Plano Clima e como que elas podem dialogar entre si. Então, passando pela metodologia do plano que foi proposta pela equipe organizadora do Comitê Interministerial, a gente teve primeiro momento de visualizar onde estamos, a importância da adaptação para o desenvolvimento urbano.

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

58:56

A gente depois se passou para uma questão de identificar os principais riscos, vulnerabilidades, na sequência, para chegar a uma formulação de objetivos, metas e ações. A parte de gestão, monitoramento, a gente fez uma pincelada, mas a ideia é que o plano, a adaptação como todo, reunindo todos os setores, tenha método próprio de monitoramento. Então, como a gente vê, 87% da população é urbana, então a maior parte dos impactos e desastres são sofridos nas cidades por esta população. Então é uma das grandes importâncias de a gente debater esse tema na gestão urbana. É super relevante considerar que existem 12 mil favelas, comunidades urbanas, onde se concentram populações mais vulnerabilizadas, que a gente precisa de uma atenção.

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

59:50

A gente debateu nesse momento de reflexão inicial que dos grandes gargalos é o padrão desenvolvimento urbano atual e sustentável, que reflete a desigualdade social, mas também fortalece, mantém essa questão da desigualdade territorial, socioeconômica, ocupações irregulares, arborização escassa, inexistência de conexão entre os áreas verdes, distribuição de equipamentos e serviços, levam a uma situação de maior vulnerabilidade nesse contexto de mudança do clima. Então, a gente passou por quatro principais ameaças, foram o que a gente olhou aqui para o setor de cidades. Então, tem essa questão do aumento da temperatura e ondas de calor.

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

01:00:40

Nesse primeiro mapa, a gente vê onde que estão, tem acontecido essa anomalia da temperatura máxima nos últimos 10 anos, então a gente teve esses dados disponibilizados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que traz diagnóstico dessa questão do clima para nós, e aí com isso a gente vai identificando regiões no Brasil onde vai ter essa maior ameaça. Então, temperatura máxima, temperatura máxima ampliada, ondas de calor, aumento de 7 para 52 dias. Outra ameaça é a questão da

seca, o aumento da duração e da frequência da seca em diferentes regiões do país. A gente tem a questão do aumento da chuva também, anual ou extrema persistente, e também dos ventos em determinadas regiões do país sofrendo mais. E também tem outra ameaça que é a questão do aumento do nível médio do mar, né, que é observado em todas as regiões costeiras.

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

01:01:50

Então essas foram as principais, as quatro ameaças que a gente considerou. Para além disso, a gente olhou também a questão das vulnerabilidades, né, para cruzar o risco a gente olha ameaças, vulnerabilidades e exposição. Dentro das vulnerabilidades, o que a gente identificou de relevante, a gente até classificou em três grupos. Então, uma vulnerabilidade grande para as cidades é a questão da informação, a ausência ou precariedade na comunicação com a população ou informação, mesmo para a tomada decisão do poder público relacionada a esses impactos climáticos. Então, a gente às vezes tem alguns dados, mas eles não estão de formas integradas. Existe também uma falha de comunicação eventualmente com a população, falta de educação ambiental. Esse, então, é uma questão de vulnerabilidade a respeito da comunicação e informação. Outro grupo de vulnerabilidade que a gente identificou foi a questão mesmo institucional.

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

01:02:47

Então, assim, como que a política urbana está sendo efetivada, né? Então, a ineficiência na política urbana, no planejamento territorial, na questão da fiscalização. Então, por mais que existam esses instrumentos, a forma inadequada de fiscalizar ou de realmente chegar no território gera uma fragilidade em relação a esse novo contexto de mudança do clima. E também outro grupo de vulnerabilidade a respeito da infraestrutura. Então a gente tem nas nossas cidades construções mais precárias, edificações construídas de acordo com o clima, baixo percentual das áreas verdes, sistemas de drenagem ou ausentes ou insuficientes para esse novo contexto, e esse é outro grupo de vulnerabilidade. E tudo isso vai gerando os impactos. Então, os principais impactos que a gente identifica na questão do conforto ambiental, com redução da qualidade da água que chega para a população, disponibilidade hídrica, a questão da qualidade do ar.

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

01:03:53

Tem grandes impactos também na questão da infraestrutura. Então, comprometimento também dos serviços públicos, comprometimento dos serviços de drenagem urbana, da coleta de esgoto, tudo é impactado. Questão também até na mobilidade urbana, danos à infraestrutura, os veículos de transporte público, gerando a precarização do fornecimento desses serviços. Então fizemos mapeamento de como esses impactos chegavam em diferentes setores da cidade. Acho importante dizer que pouco da nossa escolha de trabalhar no plano de adaptação foi olhar a cidade como todo. Embora a gente tenha ações diferentes para cada setor, mas a gente tentou fazer esse diagnóstico de forma coletiva e plano também traçando objetivos e metas conjuntas para daí distinguir as ações de cada setor.

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

01:04:53

Então, como destaque do nosso plano que a gente pode falar, a gente considera que é importante fortalecer os instrumentos já existentes de planejamento urbano e ordenamento do solo, e no sentido de qualificar, trazendo essa lei de climática, ao invés de criar mais outros que podem ser necessários também, mas fortalecer esses existentes. Outro destaque é apoiar os municípios a desenvolverem essas competências, mapeamentos, planos, projetos que possam contribuir para o enfrentamento da questão climática. A gente, então, também tem a questão de revisar e redirecionar ações existentes, considerando o contexto climático. Hoje, o Ministério das Cidades, de certa forma, atua para amenizar as vulnerabilidades sociais e isso contribui, de certa forma, para a questão do empreendimento e adaptação à mudança climática, mas é necessário a gente sempre fazer esse diagnóstico, ver como estamos, e revisar ou, eventualmente, criar novas ações.

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

01:05:59

Outro destaque de informação que a gente tenta trazer pelo plano é reforçar e incentivar ações com soluções inovadoras, como soluções baseadas natureza e adaptação baseadas em ecossistemas. E trazer foco relevante para essa questão da diversidade social e foco na justiça climática. Com base nisso, o plano traz três objetivos centrais. Bem relacionado à questão da comunicação e informação, como a gente viu a questão da vulnerabilidade, uma coisa importante. O segundo objetivo trata de planejamento, gestão e governança na cidade, considerando o contexto climático. E o terceiro objetivo vai focar na infraestrutura e nos serviços urbanos. E seguindo a metodologia, nossos objetivos vão abrir em metas e indicadores, e para cada objetivo a gente vai trazer ações estratégicas onde cada setor se

coloca. Dentro das metas, a gente traz aqui, por exemplo, de laranja está aqui as metas vinculadas ao objetivo relacionado à informação.

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

01:07:14

Então, aqui a gente pretende criar sistema de informações urbanas, territoriais, que integrem os dados climáticos e que aborde 100% dos setores da política urbana. Então, hoje a gente tem sistemas de informação de alguns setores, a ideia é que eles possam aprimorar com esses dados climáticos e, idealmente, é interessante que o sistema de informação urbana esteja integrado. Uma segunda meta relacionada a esse objetivo é executar plano, programa de apoio, aqui por nossa parte, nada como o Federal, para apoio técnico a municípios para eles mesmos desenvolverem também seus instrumentos de informação a nível local. Com aspectos climáticos de adaptação. Uma terceira meta é promover programa de educação urbano-climática, incluindo ações formais e não formais para públicos diversos.

F

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

01:08:07

E aí esse é programa que já visa a comunicação, desenvolvimento de informação, comunicação e interação com a sociedade, com outros setores, porque para dentro do poder público a gente tem uma outra meta, que é relacionada à meta 2.1, que é relacionada à gestão, planejamento e governança, que é promover a estratégia desenvolvimento institucional dos entes federativos para a execução dessas políticas públicas desenvolvimento urbano com aspectos climáticos. Uma segunda meta relacionada a esse objetivo é também incluir diretrizes para adaptação nas políticas urbanas setoriais nacionais, porque dessa forma a gente também estimula que os entes federativos sigam. E a terceira meta é aumentar a capacidade adaptativa em pelo menos 350 municípios prioritários, por meio de ações de apoio aos municípios, focado em instrumentos de planejamento e gestão municipais.

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

01:09:06

E o terceiro objetivo, que é da infraestrutura, a gente traz essa meta, que é incorporar diretrizes sobre medidas de adaptação nos novos investimentos, nos novos programas de investimentos de infraestrutura e serviços nas cidades, com bases normativas revisadas. Esse é plano dez anos, mas com ciclos de revisões a cada quatro anos. O governo federal optou por fazer planejamento rápido. Então, esse processo iniciou no início de 2024. Então, a gente está aqui no meio de 2025

na consulta pública. Acho que muita coisa poderia ter sido melhor, mas a ideia realmente é lançar plano, começar uma ação e ir aprimorando. A gente acha que dialogar com os municípios e ter esse retorno é superimportante, tanto aprimorar essa minuta que está à disposição, mas também o próximo ciclo. E acho que é isso, pessoal. Deu uma travadinha, mas é isso.

Luciana Feldman

01:10:14

Muito obrigada. Parabéns pelo trabalho de vocês. Tenho certeza que São Paulo tem muito a contribuir. E quero abrir agora para quem quiser fazer comentários. Está aberto.

01:10:38

Laura, quer falar?

1Laura Lucia Vieira Ceneviva

01:10:39

Quero, quero sim. Queria agradecer a vocês por pautar essa apresentação. Achei muito legal. Achei a apresentação extensiva, tanto mitigação quanto adaptação. Eu teria quizzilhões de coisas para falar, cada linha de cada slide. Porque nem sei se vocês já viram os documentos do município de São Paulo, seja o inventário, seja o Plan Clima SP, e cada uma de todas essas coisas já foi muito discutida. E eu percebo, aí vem o primeiro comentário, que frequentemente o nosso olhar não está capturado. Então, eu não sei se é uma questão da própria estruturação da retórica do plano, pautada numa visão federal, mas, enfim, eu acho que, vamos dizer, o plano clima, daquilo que vocês falaram, não está propriamente ajudando a jeito na hora do planejamento municipal. Vou dar exemplo. Por exemplo, em momento algum se falou sobre uma nova regulação do direito de propriedade.

1Laura Lucia Vieira Ceneviva

01:12:16

A destruição do espaço da cidade frequentemente vem por causa de mercado imobiliário, seja na geração de favelas, seja na destruição das condições internas para conforto térmico, drenagem, etc. Então, isso é problema. Outra coisa, no processo de fomento à vida urbana, não foi falado, por exemplo, no elemento essencial do processo produtivo contemporâneo, que é o acesso à internet de banda larga. Tem que ter uma regulação nesse sentido, para que os processos econômicos dentro da cidade possam ter mais potência. Outra coisa, a questão e vou dar o exemplo nosso, que a gente se matou, porque eu, que era a secretária executiva daqui do Comitê do Clima, instalei o Comitê da Frota, a gente se matava

aqui em São Paulo por causa dos ônibus e a poluição derivada deles, porque o governo federal não fazia uma regulação para produzir melhores ônibus.

Então, Estou dando esse exemplo no caso dos ônibus, que é uma coisa... Energia não é competência nossa, controle de processo industrial também não é competência nossa, etc. Outra coisa, por exemplo, eu acho que é importante, eu entendo o que vocês estão falando, eu concordo e tal, mas acho muito importante falar do Pixel. O píxel das análises dos cenários climáticos considerados é muito grande para a gestão urbana. E isso também não tem outro píxel, é com esse que nós temos que nos virar. Mas eu acho importante a gente abordar isso. Outra coisa, que para mim é essencial. Nós aqui precisamos da água que vem da Amazônia. Então, essas interações é só no âmbito do plano federal que podem ser consideradas. Cadê a nossa água? Depois, sentir falta da abordagem das regiões metropolitanas.

Laura Lucia Vieira Ceneviva

01:14:43

E depois, por exemplo, tem o prazo de 2035, E eu entendo que é trabalho hercúleo, está tudo bem e tal, mas não fala do Adapta Brasil. Existe o Adapta Brasil. A gente precisa favorecer a utilização, ou talvez a melhor instrumentalização desse conhecimento existente. Agora, vou dizer para vocês. Eu não quero nem ficar falando, vocês estão vendo que eu estou pouco desesperada. Mas tem muita coisa que talvez a gente pudesse discutir, aqui não é o momento. sim, esqueci de falar da questão dos inventários de emissão de gás de efeito estufa, que o município de São Paulo publica-os desde 2003. Eu não conheço outro órgão público do Brasil, do governo federal, que faça isso. E, de vez em quando, temos relatórios que analisam o que é a nossa performance em termos de emissão de gás de efeito estufa e de onde isso sai.

Laura Lucia Vieira Ceneviva

01:15:55

Então, isso é uma coisa que eu entendo importante, ver esse olhar local sobre a questão das emissões e que a dança das nossas emissões deriva fundamentalmente do fator de emissão do SIN. Depois, a outra coisa é que em termos de emissões, e no plano federal isso poderia ser considerado, talvez não é questionável, eu compreendo, está tudo bem, mas teria que ser abordada a questão do consumo e das emissões indiretas. E não tem nada que vocês falaram que eu discordo, para mim está tudo OK. Mas eu acho que a gente tem que ir mais além na problematização.

Luciana Feldman

01:16:44

Obrigada, Laura. Eu acho importante quem for falar se apresentar. A Laura é coordenadora de mudança climática da Secretaria do Verde. Ela que coordenou a criação do plano de ação climática aqui da cidade de São Paulo.

01:17:19

Então eu vou só, antes de passar para a Ana, passar para a doutora Rosa Ramos, que é coordenadora do núcleo do clima da UAB. Então, por favor, doutora Rosa.

Rosa Ramos

01:17:33

Olá, bom dia, meus cumprimentos a todos. Eu sou Rosa Ramos, como disse a Luciana, sou conselheira sensional da UAB São Paulo e presido atualmente a Comissão Especial do Clima, comissão criada esse ano. A UAB São Paulo, assim como a cidade de São Paulo, expressam grandeza.

Rosa Ramos

01:17:58

O AB São Paulo também é a maior do Brasil, assim como São Paulo, a maior cidade, e temos muita satisfação em estar aqui representando essa comissão criada em decorrência da necessidade, em decorrência também da COP Clima no Brasil, e ouvi aqui bastante atenta, parablenzo, vou fazer isso na pessoa da Ana Maria aqui presente, da Alice e da Fernanda, parablenzo vocês pela apresentação, e ninguém melhor que a Laura, para se estressar após a apresentação de vocês, afinal de contas é a pessoa que detém todo o conhecimento de toda a estruturação da Secretaria do Clima em São Paulo, e obviamente também que sob os aspectos técnicos aqui eu teria pouco a contribuir, mas tenho preocupações, e a Laura colocou muito bem, que são regulações ainda acerca da implementação de vários aspectos do clima.

Rosa Ramos

01:19:02

Me preocupa que nós temos uma política nacional do clima que é de 2009, a gente está falando de uma regulação nacional já com tantos anos e nós ainda com tantos elementos a serem implementados conforme bem vocês próprios do Ministério expressaram aqui. Então, a gente fica sempre às vezes com a impressão que é cenário, cenário que a gente fica esperando que os atores saiam do palco e se transformem em realidade. A gente precisa, de fato, avançar em muitas questões. Mas, de fato, vocês apresentam algumas coisas que me chamam a

atenção e eu acho extremamente relevante, como, por exemplo, a questão da educação urbana, climática. A gente fica muito feliz que tenha no projeto essa questão.

Rosa Ramos

01:19:59

Eu acho que, assim como a educação ambiental, que também tem uma regulação nacional de décadas já, de mais de duas décadas, que é de 1999, e da mesma forma a gente ainda possui tantos gargalos, tantas questões ainda a serem implementadas. Eu sinceramente espero que na questão do clima a gente tenha a maior efetivação, que a gente não demore mais de duas décadas para a gente ter a implementação efetiva da regulação especificamente que tem. A regulação é muito boa, a regulação de educação ambiental é perfeita, se fosse implementada, sem dúvida a gente talvez nem estaríamos aqui nesse comitê falando de tantos problemas agravantes do clima.

Rosa Ramos

01:20:52

Então eu quero colocar o AB São Paulo à disposição e principalmente como maior entidade representativa da sociedade civil, Não sei em que momento vocês pretendem colocar o programa com a participação da sociedade civil, em que momento isso acontece, mas quero me colocar à disposição, colocar o AB São Paulo para contribuir com o programa.

MARIA AMELIA KUHLMANN FERNANDES

01:21:21

Era isso.

Luciana Feldman

01:21:26

Ana, você prefere já falar, porque a Ana Maria, porque a Ana do Eclay também está inscrita aqui para falar, Como que você prefere fazer?

Anamaria de Aragao Costa Martins

01:21:35

Não, acho que eu posso ficar no final, então, reunindo aqui e fazendo uma síntese.

José Renato Nalini

01:21:40

Tá bom.

José Renato Nalini

01:21:41

Então passo para a Iná do ICLEI.

Ana Wernke - ICLEI

01:21:44

Olá, pessoal. Bom dia. Obrigada aí pelas explicações. O plano está muito bem fundamentado, mas é isso, né? Sempre há alguns ajustes e aí é que eu falo, não como representante do ICLEI, Governo dos Locais pela Sustentabilidade, para quem não conhece, é uma agremiação, uma associação de governos subnacionais que congrega mais de 2.500 municípios e governos subnacionais pelo mundo, mas na condição de pesquisadora. Eu não vi, em nenhum momento, a questão de aproveitamento dos espaços, dos vazios urbanos, o mapeamento, porque inclusive o não aproveitamento de áreas em locais não infraestruturaados faz com que a cidade se alargue, emitindo mais gases de efeito de estufa. As centralidades precisam ser distribuídas de uma maneira mais equilibrada nas cidades, não apenas centralizadas.

1Ana Wernke - ICLEI

01:22:46

Então, esse é tema que me comove e é tema que é necessário e deve comover a todos, por óbvio, uma vez que faz parte desse combo de adaptação das cidades. Por isso até eu pedi, que eu não consegui ver no detalhe, eu pedi, então, para que fosse enviado essa apresentação, já foi dito que será enviado, para que possa, inclusive, ser feito esse tipo de contribuição dos mapeamentos dos vazios urbanos, como pode se dar essa ocupação e, claro, por habitação de interesse social, porque outro tipo de edificação a gente já sabe que acontece. Mas era nesse sentido a minha colocação na esteira, inclusive das colocações da Laura. Obrigada.

José Renato Nalini

01:23:35

Obrigada, Ana. Então, vou passar para o Olimpio. Olimpio, está aí?

Olimpio Alvares

01:23:45

Parabéns pelo trabalho de vocês. É muito importante ter plano detalhado de como a gente vai chegar nesses objetivos. Eu sou da ANTP, Associação Nacional de

Transporte Público, eu coordeno lá a Comissão de Meio Ambiente, e trabalhei com a área de transporte o resto da vida. Mas eu vou abordar uma questão mais geral aqui, que é a questão das NDCs. Eu imagino que tem que haver indicadores, dos diversos países, dos diversos estados, dos diversos municípios sobre as NDCs individuais, que acabam somando e constituem a NDC nacional. Eu queria saber qual é a relação desse plano com a sistematização desse trabalho.

Antonio Maria Esposito Neto

De estimação das NDCs a cada ano. Quer dizer, quando você tem controle desses indicadores, isso permite a você que identifique quais são os aspectos mais importantes e que colaborariam com maior eficácia para redução geral dos gases de efeito estufa. Então, acho isso fundamental. Não sei se isso eu não vi, não sei se isso está no plano de vocês e eu não sei se esse plano pode ser conexo. Eu entendo que teria que ser conexo com a sistematização das NDCs. Então, essa é a minha dúvida.

01:25:44

Obrigada, Olímpio. Ana, quer responder?

A

Anamaria de Aragao Costa Martins

01:25:49

Bom, espero poder responder a todas essas contribuições, mas em primeiro lugar eu quero agradecer. O ideal é que a gente tivesse a oportunidade de fazer esse diálogo com todas as grandes capitais nacionais. São Paulo, claro, é uma referência para a gente, mas assim, a gente tem mapeamento e pelo menos oito cidades brasileiras têm acompanhamento recorrente das suas emissões e têm seus planos de ação climático. A Ana do ICLEI sabe bem isso, o ICLEI tem apoiado várias cidades brasileiras na elaboração e é isso. Vou tentar fazer uma resposta conjunta de tudo, e se por acaso ainda ficar algum elemento que vocês queiram que a gente esclareça, vocês, por favor, me peçam para complementar. Eu acho que existe aqui uma questão, que foi comentada pela Laura, que são as nossas bases de dados.

Anamaria de Aragao Costa Martins

01:26:39

O governo federal trabalha com inventário de emissões, só minutinho. É que eu tô numa sala coletiva aqui e todas as coisas acontecendo ao mesmo tempo. Então, o nosso inventário nacional de emissões, como a Laura comentou, principalmente em relação ao mapeamento dos assentamentos humanos, que é a categoria internacional formada pelo IPCC, trabalha com o mapeamento que não olha o intraurbano. Então, por exemplo, a gente hoje, uma grande luta que a gente está

construindo a partir desse olhar do plano cidade é para que a gente mapeie as áreas, os maciços vegetais intraurbanos. Isso daí não é mapeado. A gente, quando considera uma mancha, quando a gente calcula as nossas emissões e o crescimento da mancha urbana, a gente calcula sem entender que existe detalhamento interno a essas manchas.

Anamaria de Aragao Costa Martins

01:27:41

Então, para a nossa estratégia de aumento da cobertura vegetal nas cidades, é fundamental que a gente entenda a cobertura que já existe. E isso daí é uma coisa que hoje não é mapeada. Mas, obviamente, a gente está falando do mapeamento nacional. Então, uma das diretrizes estruturantes para que a gente chegue a esse mapeamento é o cadastro de arborização urbana. Que é cadastro que o Ministério do Meio Ambiente tem tentado articular com os municípios para que os municípios façam seus próprios mapeamentos e a gente tenha controle dessa mancha. Então, eu concordo totalmente com a sua observação e ainda, me permita, a Fernanda é mais especialista nessa discussão do AdaptaBrasil, mas o AdaptaBrasil também não tem esse olhar interurbano.

Anamaria de Aragao Costa Martins

01:28:27

Então, embora a gente tenha mapeamento municipal, esse mapeamento intramunicipal tem sido uma grande luta do Ministério da Cidade, junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia, no sentido de aprofundar realmente a localização dessas áreas de risco, a localização dessas vulnerabilidades locais. Então, realmente a gente trabalha aí, quando a gente olha o Brasil como todo, uma deficiência de dado, detalhamento de dado municipal. E aí, só comentando também com a observação do Olímpico, a nossa NDC não é composta das NDCs locais. A nossa NDC é estruturada com base nas grandes simulações que foram feitas a partir de estudos da COP e da UFRJ, das políticas nacionais. Então assim, a NDC que ela é reportada, né, para o acordo de Paris, para o cumprimento do acordo de Paris, ela é uma NDC dos governos nacionais, ela não é uma NDC que soma metas municipais.

Anamaria de Aragao Costa Martins

01:29:33

E, na verdade, a gente acha que o ideal era que fosse método conjunto, as grandes políticas nacionais somadas às políticas locais. Daí o papel, eu acho que fundamental, que foi apresentada na última, NDC, agora na COP29, que é o papel

do federalismo climático. O papel do federalismo climático é uma resolução em que os entes federativos, estados e municípios e uniões se comprometem a priorizar as suas políticas climáticas, os seus investimentos na solução da problemática do clima. Então, assim, só com isso que a gente vai ser realmente capaz de atingir as metas nacionais, entendeu? A parte, obviamente, de alguns programas que vão que vão poder remeter a alguns sentimentos, por exemplo, a política de combustível, a política da nossa matriz energética, etc.

Anamaria de Aragao Costa Martins

01:30:33

E aí, só para finalizar, e eu já vou passar aqui para a Alice e Fernando a complementarem a minha fala, E a gente não pode esquecer que nós não podemos reinventar os instrumentos que nós já temos e hoje nós temos o nosso estatuto da cidade, ele é grande instrumento que já conta com instrumentos jurídicos, financeiros e tributários que, por exemplo, nos permitem nos aproximar dessa temática da melhor utilização do espaço urbano. Então a gente tem instrumento lá desde 2001, que é o parcelamento, edificação e utilização compulsórios, que são uma forma dos municípios, por intermédio de suas leis municipais, e esse instrumento requer uma lei municipal, só a lei federal é insuficiente para aplicação, que permitiria justamente o melhor uso do espaço urbano, tanto tratando a temática da obsolescência, da degradação, a que Laura e Ana fizeram referência.

Anamaria de Aragao Costa Martins

01:31:34

Então, assim, a gente acredita que nós não devemos enfraquecer os instrumentos, o que nós precisamos é colocar em evidência. E aí, obviamente, a gente está na fase de construção aqui do plano mitigação, está pouco mais atrasado em relação à adaptação, mas só para deixar vocês tranquilos que a gente está tratando aqui de duas ações muito importantes. Uma é a digitalização dos serviços públicos. A digitalização é justamente esse entendimento do meio digital reduzindo deslocamentos compulsórios para a realização de atividades que as pessoas não precisavam de tomar ônibus, pegar carro, etc., para fazer. Em segundo lugar, esse trabalho realmente de olhar os espaços obsoletos e tentar, de certa forma, reforçar a importância de se reutilizar esses espaços em lugar do crescimento da cidade. E vamos... É spoiler, mas a gente está tentando realmente estabelecer uma meta quantitativa para conter a expansão urbana.

Anamaria de Aragao Costa Martins

01:32:37

Isso é uma coisa que a gente quer, por meio desse instrumento do federalismo climático, combinar com vocês. Aí a gente precisa que os planos diretores não permitam o crescimento da mancha urbana. Não vai ser só o plano clima que vai ser suficiente. Se o plano diretor permitir novas zonas de crescimento urbano, não tem como a gente forçar a regeneração dos espaços interurbanos ao melhor aproveitamento da infraestrutura instalada, mas a gente está querendo sim incluir. E aí a gente tem programa hoje da Secretaria de Patrimônio da União que é justamente sobre os imóveis da União. Que é fornecer esses imóveis para habitação de interesse social. Agora, claro, o quantitativo desses imóveis é muito inferior aos que são de propriedade particular, portanto, na ingerência da própria cidade ou também do setor produtivo. Obrigada, Ana.

Laura Lucia Vieira Ceneviva

01:33:38

Sobre a internet.

José Renato Nalini

01:33:40

Oi?

Laura Lucia Vieira Ceneviva

01:33:46

Sobre a questão da expansão da banda larga, o processo produtivo dentro da cidade, possível para, principalmente, as camadas mais pobres.

Anamaria de Aragao Costa Martins

01:34:00

Na verdade, hoje, quando a gente olha, assim, a... A questão da expansão da banda larga, A Agência Nacional de Comunicações, ela disponibiliza o mapeamento brasileiro, né? O que a gente percebe? A nossa cobertura de internet, ela é muito ampla no Brasil O problema é qual é a banda Então, esse daí é estudo muito importante, eu acho que você tá falando Que é justamente a gente ver qual é a banda que chega nas comunidades mais vulneráveis Às vezes a gente só tem banda 2G e 3G, né? Embora a cobertura seja...

Anamaria de Aragao Costa Martins

01:34:29

Mas aí é também trabalho do provedor. É trabalho assim, eu entendo sua preocupação com uma regulação nacional, mas a regulação é de prover o serviço, mas realmente a regulação de que tipo de serviço, de que banda, é algo que a gente precisa de traçar, mas eu acho que é uma discussão bem importante e a gente pode trazer para a discussão mais ampla com os demais ministérios que coordenam esses outros setores que nos complementam.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:35:04

Só para aproveitar e complementar pouco o que a Ana Maria colocou, porque.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:35:07

Eu acho que essa angústia que a.

A

Alice de Almeida V de Carvalho

01:35:08

Laura trouxe foi a nossa angústia no início, quando a gente ia discutir com o pessoal dos outros ministérios.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:35:18

Em que nível ia ficar o nosso plano de cidade?

Alice de Almeida V de Carvalho

01:35:20

Porque ele é plano nacional. Então, assim, a gente tem muito essa dificuldade.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:35:25

De entrar em aspectos muito locais. Ainda que seria o desejável. Então, assim, a.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:35:29

Gente foi pouco, de certa forma.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:35:33

Prejudicado com a estrutura nacional que foi.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:35:36

Posta para o plano os ministérios, o.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:35:38

Ministério de Minas e Energia, o Ministério.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:35:41

De Transportes, todos nós recebemos uma certa.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:35:45

Estrutura já colocada para o plano. A gente teve algumas oportunidades de fazer alguns ajustes, mas essa visão ela realmente é muito nacional. E aí foi a nossa angústia, porque.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:35:56

No fundo acho que a fala do.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:35:57

Olímpio foi pouco a minha, O ideal seria que a gente conseguisse ver as nossas emissões a partir do território, a partir dos municípios, e que isso se somasse num todo Mas a metodologia é o contrário, ela é a metodologia.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:36:10

Nacional A gente tem as emissões pelos setores colocados pelo IPCC Então se fala.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:36:16

Muito na questão da mudança de uso da terra, do setor energético E a gente tem menos esse olhar da discussão urbana e introubana principalmente Então, assim, realmente.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:36:25

Isso é pra dizer que esse é ponto que a gente entende dessa.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:36:31

Angústia Acho que não conseguimos chegar lá Em determinado momento a gente até, no caso de mitigação, a gente até avaliou se era o caso mesmo de ter plano de cidades ou não.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:36:39

Porque grande parte das nossas metas que estão postas aqui são de responsabilidade ou.

1Alice de Almeida V de Carvalho

01:36:45

De outros ministérios ou dos entes subnacionais.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:36:47

Ficam pouco com o Ministério das Cidades.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:36:50

Mas a gente falou, acho que é importante sim ter esse plano Porque talvez São Paulo esteja em outra ponta, tem muito mais dados Mas isso também pode servir de referência para o município Que está começando agora, que não tem muita clareza do que observar Então, ser ponto de partida A gente achou importante batalhar pelo plano de cidades Ainda que as nossas metas, em termos de quantitativos, não sejam poucas Quando a gente olha para o plano nacional, elas são poucas.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:37:20

Pouco ousadas em relação ao que a.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:37:23

Gente vai conseguir reduzir de emissões Porque, em grande parte, está em outro setorial Ou está no de energia, ou está no MEDIC Mas a gente achou importante ter, porque eu acho que é simbólico também E talvez ele é muito mais.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:37:34

Qualitativo E eu acho que essas colocações que vocês fizeram aqui em alguma medida tem que incorporar, por exemplo, essa questão.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:37:42

Do mapeamento de vazios urbanos Acho que.

A

Alice de Almeida V de Carvalho

01:37:43

A gente tem que conseguir pensar numa alavanca para isso Mas, assim, é dizer.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:37:49

Que o principal, gente, realmente para a gente, Ministério das Cidades, é batalhar pela discussão do federalismo climático que está posto na NDC de maneira qualitativa, mas a gente conseguir ir avançando para uma coisa mais quantitativa E aí, no caso do adaptação também, Dentro da lógica do Adapta.

A

Alice de Almeida V de Carvalho

01:38:06

Brasil, incluir essa esfera intraurbana que hoje.

Alice de Almeida V de Carvalho

01:38:10

Não tem É uma discussão que a gente está tendo com o MCTI também Então, só para dizer que a gente compartilha, de certa forma, dessa angústia Mas, assim, entre ter e não ter, a gente achou melhor ter, ainda que tivesse essas vacunas Para a gente ir aprimorando ao longo dessas revisões também E ao longo que se crie mais maturidade nos municípios para acompanhar isso.

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

01:38:37

Agora é a minha vez, não é? Agradeço o debate, a colaboração das pessoas. E só para lembrar que a nossa apresentação acho que talvez não tenha trazido todos os pontos, mas a gente fala da região metropolitana até como uma das áreas mais expostas. A gente fala pouco também dessa visão de trabalhar essa questão urbana, não só dentro do limite do município, mas no limite de uma cidade, aglomerações, das regiões metropolitanas. A gente está tendo diálogo com o MCTI, até para os dados climáticos trazerem pouco essa visão do território, ampliando para a desantabex das regiões metropolitanas. E também chegar a nível interurbano que possa apoiar os municípios em si.

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

01:39:23

E o último ponto é que o plano de adaptação não para ali nas metas, ele também chega em algumas ações, ainda estratégicas, ainda de uma forma macro, e isso também está agora no... Tenho que compartilhar aqui para mostrar, não cheguei nesse slide, mas existe detalhamento melhor... Está aparecendo, gente? Está, né? Detalhamento melhor, pouquinho mais, das ações que a gente pretende executar ainda de forma estratégica para atingir aquelas metas. Então, por exemplo, para chegar naqueles sistemas de informações, essa ação 1B, desenvolver meios, inclusive tecnológicos, com envolvimento comunitário, de produzir dados, compartilhar iniciativas sobre adaptação, a ação 2.2.b atualizar os normativos estratégicos para incorporar as medidas de adaptação e aí garantindo a participação social, considerando a diversidade. A gente teve uma preocupação de já incluir aí no texto direcionamento para alcançar a justiça climática.

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

01:40:30

Então, o plano hoje em consulta vai nesse nível de aparecer as ações estratégicas, E na publicação do plano em si, vai aparecer outras ações mais específicas que a gente, de fato, já pretende desenvolver. E não significa que novas ações possam surgir, e acho legal esse debate, porque a gente vai mapeando com os municípios, estados, outras prioridades que podem compor, mas aí vai ser nessa estrutura aqui do plano.

José Renato Nalini

01:41:07

Queria agradecer muito a Ana Maria, a Alice, a Fernanda, o Antônio Maria. Foi uma explanação muito minuciosa, muito rápida. É lógico que as dúvidas vão prosseguir, nós vamos ter que refletir sobre isso. Agradecer a participação da Laura, que é

sempre uma voz que a gente precisa ouvir permanentemente. Ela é a matriz e origem aqui da Seclima, a Rosa, o Olimpio, a Ana Wenk, do Eclê. Acho que, de certa forma, a gente reflete... Acho que a Fernanda falou de angústia. A angústia aqui do município é viver numa república bizarra, em que as responsabilidades e obrigações são da cidade e as competências e as receitas são da União. São Paulo sofre muito isso, é uma grande... Arrecadadora, tributária, e volta muito pouco para São Paulo, porque raciocina-se no sentido de que São Paulo tem tudo e não precisa de nada.

José Renato Nalini

01:42:28

Só que São Paulo recebe população não só de todo o Brasil, mas de vários países. Hoje, aqui, os nossos moradores de rua são internacionais, e é uma questão gravíssima. Eu acho que a gente precisa manter esse diálogo aberto e intensificado, talvez fazendo algumas reuniões temáticas para que os temas possam ser mais aprofundados e que haja possibilidade de troca de ideias e de divulgação, disseminação de algumas práticas que São Paulo tem feito, até de forma anônima, sem divulgar, mas que podem servir para pequenos municípios também, Fernanda. Porque é importante que cada cidade saiba que a sua periferia é a vítima preferencial dos fenômenos climáticos. São sempre os mais pobres, são sempre os mais carentes, os excluídos, que vão sofrer prioritariamente os efeitos dos fenômenos climáticos.

José Renato Nalini

01:43:39

É muito importante que a gente converse bastante e que nós saibamos compreender os focos diversos e as angústias que são bem localizadas. O município tem de enfrentar, tem de responder às coisas. E nem sempre ele conta com... Agora, exemplo pequeno, o projeto de eletrificação da cidade de São Paulo. O prefeito conseguiu o mais difícil, que foi o financiamento internacional e do BNDES de 6 bilhões. Conseguiu que a empresa nacional pudesse fornecer os ônibus. E onde é que parou o projeto? Na insuficiência da concessionária Enel de fazer a infraestrutura de recarregamento das baterias. Há ônibus parados, sem circular, correndo risco de obsolescência, porque a ANEEL não resolve o problema da concessionária, inclusive acenando com prorrogação do contrato por mais 30 anos, para uma cidade que está insatisfeita com os serviços prestados. Isso é só exemplo.

José Renato Nalini

01:45:04

Então, há descompasso muito grande entre competências e obrigações. É isso que a gente precisa levar em conta quando discute questões que nos afligem a todos. Mas foi muito útil a exposição e a participação de todos que opinaram e trouxeram pontos de vista que são muito relevantes. Muito obrigado a todos e vamos continuar dialogando.

José Renato Nalini

01:45:34

Obrigada. Depois a gente vai, no grupo, discutir pouco a pauta da próxima reunião e desejar a todos bom feriado. Obrigada.

Anamaria de Aragao Costa Martins

01:45:46

Até a próxima. Obrigada. Até logo.